



**GRIMPER CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.**

**POLÍTICA DE RATEIO E DIVISÃO DE ORDENS ENTRE AS CARTEIRAS DE  
VALORES MOBILIÁRIOS**

**JANEIRO/2023**



## 1. INTRODUÇÃO E OBJETIVO

A presente Política de Rateio e Divisão de Ordens entre as Carteiras de Valores Mobiliários (“Política”) da **GRIMPER CAPITAL GESTORA DE RECURSOS LTDA.** (“Gestora”) tem por objetivo formalizar a metodologia e os critérios utilizados pela Gestora na alocação de ordens no âmbito da gestão dos fundos de investimento geridos pela Gestora (“Fundos”), garantindo, assim, precisão e, sobretudo, imparcialidade a tal processo, em conformidade com as exigências da Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada (“Resolução CVM 21”).

Ainda, o estabelecimento desta Política busca controlar uma alocação justa de ordens entre as carteiras dos Fundos, visando a garantir que as ordens de compras e vendas de ativos financeiros emitidas em nome de tais carteiras sejam registradas e alocadas de maneira justa entre elas, por meio de grupamento das ordens, proporcionando dessa forma tratamento equânime e igualitário entre as carteiras e, em última instância, entre os investidores que possuam recursos geridos por uma gestora, notadamente se os Fundos apresentarem a mesma estratégia de investimento ou forem parte de uma “família de fundos”.

A observância desta Política traz benefícios a todos os clientes, tendo em vista que assegura que os ganhos e prejuízos verificados na carteira de cada cliente decorram tão somente do exercício dos atos inerentes à gestão, e não de manipulação e/ou equívocos de procedimentos operacionais não relacionados às decisões de investimento. A Gestora, no cumprimento de seu dever fiduciário, preza pelo cumprimento estrito de suas obrigações para com seus clientes e sempre empregará seus melhores esforços para atingir tal finalidade.

Esta Política deverá ser observada pelos sócios, administradores, funcionários e todos que, de alguma forma, auxiliam o desenvolvimento das atividades da Gestora (“Colaboradores”).

A Equipe de Compliance e Risco é responsável pela atualização das informações necessárias para a manutenção dos controles relativos aos critérios preestabelecidos nesta Política, cujas diretrizes devem ser observadas por todos os Colaboradores envolvidos nas atividades atinentes à alocação dos ativos negociados para as carteiras sob gestão da Gestora. Não obstante a observância das diretrizes por todos os Colaboradores, os Colaboradores atuantes diretamente nas atividades de investimentos

da Gestora (“Equipe de Investimentos”) são os principais responsáveis pelo cumprimento da presente Política.

## **2. RATEIO DE ORDENS – ASPECTOS GERAIS**

Nas negociações de ativos financeiros, a Gestora poderá realizar o agrupamento das ordens a serem lançadas ao mercado e posteriormente o rateio das ordens efetivamente executadas, especificando as quantidades correspondentes aos Fundos de acordo com os critérios ora definidos, bem como utilizando o preço médio das negociações para cada alocação ou, alternativamente, poderá definir antes de cada nova operação a relação de proporção a ser alocada para cada carteira sob sua gestão.

A Gestora possui critérios equitativos para definição do preço médio. Não obstante, em algumas hipóteses, por condições alheias à vontade da Gestora, poderão ocorrer pequenas discrepâncias no preço médio, quando, por exemplo, a quantidade de ativos financeiros a ser alocada em um Fundo não comportar a participação em todos os lotes operados no pregão daquele dia, sendo necessário que a Gestora opte pela alocação dentro do lote cujo valor financeiro esteja mais próximo do preço médio das negociações.

Pelo motivo acima especificado, de forma geral, o rateio e a divisão de ordens se darão conforme abaixo:

Preço: as ordens serão divididas de maneira que as carteiras de valores mobiliários geridas pela Gestora tenham o preço mais próximo possível do preço médio da totalidade das ordens de todas as carteiras num mesmo dia e numa mesma corretora, para um mesmo ativo. Contudo, o critério do preço médio pode não ser aplicado quando:

- (i) Limite de Caixa: Em relação às posições que consomem caixa, deve-se respeitar a proporção até o limite de liquidez do caixa definido no Comitê de Risco. Na hipótese de não haver mais disponibilidade de caixa em um dos Fundos é permitido desrespeitar a proporção para que o Fundo que ainda tem caixa continue com as operações.
- (ii) Lote Mínimo: Em relação às operações em que o lote mínimo não seja suficiente para o Fundo com menor patrimônio, deve-se realizar a operação em apenas um Fundo e ajustar a posição minimizando a diferença entre a proporção resultante e proporção ideal.

- (iii) Ativos Ilíquidos: Em relação ao ajuste de posições devido a aplicações e resgates, é permitido não respeitar a política padrão de rateio para ativos ilíquidos. Nesses casos deve-se tentar replicar o fator de risco com outros ativos.

Restrições específicas. Na hipótese de algum Fundo possuir restrições específicas a um determinado ativo, dadas pelo seu regulamento ou por decisão do Comitê de Gestão, esse Fundo pode receber uma alocação menor do que a proporção desse ativo dada pela política padrão.

Alocação. O objetivo do controle de alocação justa é garantir que as ordens de compras e vendas de ativos financeiros emitidas em nome dos Fundos sejam registradas e alocadas de maneira justa entre os Fundos.

As ordens de compra e de venda de ativos podem ser realizadas em conjunto ou individualmente. Caso ocorra o agrupamento de ordens, a Equipe de Investimentos deve seguir os procedimentos mínimos de alocação justa no rateio das ordens, conforme relacionado abaixo:

- (i) as ordens agrupadas devem ser separadas e organizadas por família de fundos, ou seja, de acordo com uma estratégia específica de sua política de investimento e um objetivo previamente definido de cada um deles;
- (ii) as ordens realizadas para os Fundos que seguem uma mesma estratégia são enviadas em conjunto e, uma vez executadas, devem ser rateadas proporcionalmente (alocação pró-rata) entre estes Fundos, de acordo com: (i) o estoque, (ii) o patrimônio líquido de cada Fundo e (iii) o fator multiplicador de exposição a risco de cada um deles, conforme definidos no Comitê de Gestão. A alocação deve respeitar o critério de preço médio;
- (iii) cada fator multiplicador de exposição ao risco é determinado principalmente pelo objetivo de risco de cada Fundo dentro de uma família, além de outras diretrizes da política de investimentos. O valor de cada fator multiplicador é definido no Comitê de Gestão, e periodicamente revisto; e
- (iv) a alocação de ordens ou divisão de boletas entre os Fundos respeita o lote mínimo de alocação, de acordo com as regras aplicáveis a cada tipo de ativo negociado. A divisão é realizada de tal forma que o preço médio em cada um dos Fundos para cada ativo seja o mais próximo possível ao preço médio.



O controle de alocação é feito diariamente pelos Colaboradores atuantes diretamente nas atividades de compliance e risco da Gestora (“Equipe de Compliance e Risco”) de acordo com as regras ora apresentadas. Todas as operações alocadas com desvios em relação às regras estipuladas na presente Política são checadas e, caso não se enquadrem em nenhuma das exceções (isto é: restrições de investimento, tamanho de cada Fundo, limites de risco, condições tributárias da operação, disponibilidade de caixa ou lote mínimo da operação), deverão ser justificadas pela Equipe de Investimentos e/ou realocadas de acordo com as regras de alocação. Todos os desvios de alocação em relação a regra reportados para a Equipe de Compliance e Risco serão arquivados para controle futuro.

#### 2.1. Rateio - Cotas de Fundos

Os Fundos que vierem a investir preponderantemente em outros fundos de investimento são geridos conforme suas políticas específicas. As ordens de compra e venda de fundos de investimento são realizadas com relação a cada um deles. As operações são especificadas por fundo em vista de seu perfil de aquisição, cronograma financeiro, e programação de liquidez.

Ordinariamente, as oportunidades dentro de uma mesma oferta serão alocadas de forma proporcional entre os Fundos.

#### 2.2. Rateio - Crédito Privado

Nas negociações de ativos financeiros considerados de crédito privado, as ordens serão emitidas em blocos e rateadas pela proporcionalidade do patrimônio líquido de cada Fundo, respeitando a adequação aos indicadores de risco estabelecidos para risco de crédito ou prazo de vencimento aceitável, conforme as disposições do regulamento ou mandato de cada Fundo.

Todas as ordens para os Fundos geridos deverão estar dentro do intervalo de preço verificado para o ativo financeiro em questão no dia da negociação. Esse intervalo de preço é monitorado pela Equipe de Compliance e Risco.

Na eventualidade de configuração de potencial conflito de interesses entre os Fundos geridos, a Equipe de Investimentos deverá consultar a Equipe de Compliance e Risco antes de realizar a negociação do ativo financeiro.

### **3. OPERAÇÕES ENTRE FUNDOS GERIDOS E CONFLITOS DE INTERESSE**

O *cross trade* de ativos somente é permitido entre Fundos sob gestão da Gestora nos termos e condições abaixo estabelecidos:

- (i) ajuste da proporção de ativos de balcão pouco líquidos entre Fundos devido a aplicações ou resgates nos Fundos de investimento. Após a realização do *cross trade* será necessário proceder ao rateio de forma desigual, até que a proporcionalidade pré-determinada entre os Fundos seja atingida. A operação deve ser realizada por meio de uma corretora e a preço de mercado.
- (ii) gestão de caixa de determinados Fundos que podem enfrentar dificuldades por tamanho de lote, restrições operacionais ou tratamento de imposto. Esses Fundos poderão executar LFT (Letra Financeira do Tesouro) diretamente com o Fundo com o maior patrimônio sob gestão da Gestora. A operação deve ser realizada por meio de uma corretora e com o preço ANBIMA de fechamento do dia anterior, corrigido pelo CDI do dia anterior.

Em caso de restrição de caixa em um dos Fundos e de baixa liquidez do ativo, deve-se realizar o *cross trade* de forma a obter a proporcionalidade pré-determinada entre os Fundos, por meio de uma corretora e a preço de mercado. Ressalta-se que na inexistência de mercado organizado, a precificação ocorrerá por terceiros e/ou através de aprovação em Assembleia de Cotistas, conforme o caso

Toda e qualquer negociação de ativos entre carteiras de valores mobiliários geridas pela Gestora somente pode ocorrer após a informação ao Diretor de Compliance, Risco e PLD, incluindo o nome do ativo, valor, o tipo da operação e os requisitos que são atendidos. As operações somente podem ser realizadas após esse informe.

As negociações não poderão dar rentabilidade desproporcional a um veículo de investimento em detrimento de outro. Ademais, em caso de desenquadramento, o preço praticado não poderá ser inferior ao valor mínimo em que o Fundo se reenquadraria.

Neste caso, a Gestora deverá, necessariamente, observar o preço de mercado da referida transação, e manter, por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, o devido registro de todas as operações realizadas, com a justificativa da operação e preço praticado.



Sem prejuízo do disposto acima, a realização destas operações e de operações tendo a própria Gestora ou seus Colaboradores como contraparte não é permitida, de forma a mitigar potenciais conflitos de interesses.

Por fim, as ordens relacionadas a carteiras de clientes terão sempre prioridade em relação a ordens relacionadas a “pessoas ligadas”<sup>1</sup> à Gestora, mitigando também, dessa forma, o risco de conflito de interesses.

#### **4. TRANSMISSÃO DAS ORDENS**

A Gestora poderá requisitar à uma corretora ou distribuidora de valores mobiliários que negocie ou registre determinada operação de compra ou venda de ativo para uma ou mais carteiras sob gestão, nas condições que venham a ser especificadas pela Gestora.

As ordens serão sempre transmitidas verbalmente, por telefone ou transmitidas por escrito, via meios eletrônicos (e-mail, Skype, Bloomberg, fac-símile, carta, Messengers, Whatsapp, sistemas eletrônicos de ordens, etc.), sendo que, independentemente da forma de transmissão, todas as ordens devem ser confirmadas por e-mail e serão arquivadas pela Gestora.

#### **5. ERROS DE TRADING**

Com relação aos Colaboradores da Gestora, estes exercem suas atividades com todo cuidado e diligência que todo homem probo costuma tomar em decisões que possam impactar negócios. Apesar disso, erros podem acontecer.

Quando isso acontecer, o Diretor de Investimentos e o Diretor de Compliance, Risco e PLD devem ser imediatamente reportados para que os possíveis impactos aos Fundos possam ser analisados, buscando corrigi-los com a maior celeridade possível, assim como avaliando a necessidade de eventuais providências adicionais, conforme o caso. Ademais, possíveis ganhos e perdas gerados pelo erro serão alocados igualmente entre os Fundos envolvidos na operação.

#### **6. CUSTOS DAS OPERAÇÕES**

---

<sup>1</sup> Considera-se “pessoa ligada” à Gestora: (a) seus sócios, acionistas, administradores, empregados, operadores e prepostos (inclusive estagiários e trainees), bem como os cônjuges, companheiros e filhos destes; (b) os fundos exclusivos cujas cotas sejam de propriedade de “pessoas ligadas” à Gestora, conforme mencionadas na alínea “a” acima e que sejam geridos pela própria Gestora; (c) qualquer outro veículo ou estrutura de investimento que, do ponto de vista econômico, represente operação de carteira própria da Gestora ou de interesse de qualquer pessoa mencionada na alínea “a” acima.

Caso alguma ordem de compra ou venda transmitida pela Gestora, referente a um único ativo, venha a se relacionar a mais de um Fundo, a Gestora deverá, após a execução das ordens transmitidas, também realizar o rateio dos custos envolvidos nas transações de forma proporcional (em quantidade e valor) em relação a cada um dos respectivos Fundos, de forma a não permitir o aferimento de qualquer vantagem por um ou mais Fundo em detrimento de outros.

O Diretor de Compliance, Risco e PLD revisará o relatório de comissões pagas aos respectivos intermediários mensalmente.

## 7. VIGÊNCIA E ATUALIZAÇÃO

A presente Política será revisada **anualmente**, e sua alteração acontecerá caso seja constatada necessidade de atualização do seu conteúdo. Poderá, ainda, ser alterada a qualquer tempo em razão de circunstâncias que demandem tal providência.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Dezembro de 2020	1ª	Diretor de Investimentos e Diretor de Compliance, Risco e PLD.
Janeiro de 2022	2ª	Diretor de Investimentos e Diretor de Compliance, Risco e PLD.
Janeiro de 2023	3ª e Atual	Diretor de Investimentos e Diretor de Compliance, Risco e PLD.